

A EXTREMA DIREITA PORTUGUESA, EM DOIS MOMENTOS

Two moments in the history of the portuguese far-right

Francisco Carlos PALOMANES MARTINHO

Professor Doutor junto ao Departamento de História da USP

Fecha de recepción: 2 de abril; revisión: 3 de junio; aceptación definitiva: 23 de octubre

RESUMEN: El artículo es un análisis histórico de la extrema derecha portuguesa en el siglo xx, que analiza cómo las expectativas iniciales de este movimiento político, en la formación del Estado Novo en los años 20, se vieron posteriormente frustradas por el proyecto conservador de gobierno de Oliveira Salazar, quien defendía la revolución nacional únicamente en el lenguaje y no en la práctica. La derrota del fascismo acentuará el carácter conservador y tradicionalista de la extrema derecha portuguesa y, durante el gobierno de Marcelo Caetano, se elaborará otra memoria de la época salazarista para intentar enfrentar las críticas al régimen derivadas de la guerra colonial y la creciente influencia opositora de los jóvenes estudiantes.

Palabras clave: extrema derecha portuguesa, salazarismo, Estado Novo.

ABSTRACT: This article strives to analyse the Portuguese extreme right in the twentieth century from a historical point of view. The initial expectations of this political movement, in the formation of the Estado Novo in the 20s, were subsequently frustrated by the conservative government project led by Oliveira Salazar, who defended the national revolution (the extreme right main goal) only rhetorically but not in practice. The defeat of fascism emphasized the conservative and traditionalist elements of the Portuguese extreme right. During Marcelo Caetano's government, another memory of the Salazar regime was drawn, trying to face criticism stemming from the colonial war and the growing influence of the opposition led by young students.

Keywords: Portuguese extreme right, Salazarismo, Estado Novo.

A extrema direita portuguesa pode ser encontrada e analisada a partir de campos e tempos históricos distintos. É desde o tempo do Miguelismo que se pode apontar para a existência de uma direita organizada que se renova na continuidade¹. Para o presente artigo escolhi duas conjunturas que me parecem determinantes para o entendimento de sua dinâmica frente ao regime do Estado Novo português dirigido originariamente por Oliveira Salazar e depois por Marcello Caetano. Em primeiro lugar, pois, o período de formação do Estado Novo, entre a segunda metade da década de 1920 e a primeira metade da década seguinte. Trata-se este do período em que o radicalismo de direita viveu alguma expectativa de condução do regime que se inaugurava com o golpe de Estado de 1926². Em seguida, entretanto, a extrema direita viu frustradas suas expectativas, razão pela qual migrou para o campo da oposição doutrinária ao governo de Oliveira Salazar. Tratava-se de uma corrente que considerava que o Estado Novo não havia realizado suficientemente seu projeto corporativo, nacionalista e antidemocrático. Parte destes segmentos de extrema direita terminou por aderir ao Estado Novo. Militantes do Integralismo Lusitano, uma corrente de forte conteúdo maurrasiano, consideraram no regime instaurado por Oliveira Salazar a possibilidade de constituição de uma ordem autoritária, corporativa e antiliberal³. Dentre estes personagens, o mais importante foi, seguramente, Marcello Caetano⁴.

Em segundo lugar, reencontramos a extrema-direita quando da crise inaugurada com as guerras coloniais em 1961, período em que esta corrente arregimentou com alguma força um campo político que se opunha às eventuais «ameaças» de concessão ou mesmo diálogo com os movimentos de libertação. Ao mesmo tempo, o processo de radicalização do movimento estudantil faz com que o campo à direita, que se articulava inicialmente a partir do problema colonial, interferisse também na esfera acadêmica. Vale notar que ela se notabilizará mais nitidamente quando da ascensão do ex-integralista Marcello Caetano ao governo, na condição de sucessor de António Oliveira Salazar no cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Caetano era visto, por larga margem das correntes

1. BONIFÁCIO, M. F.: *Apologia da História Política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.

2. A ditadura portuguesa começou em 1926 através de um golpe de Estado protagonizado pelas Forças Armadas, em particular o Exército. Oliveira Salazar, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra assumiu o cargo de Ministro das Finanças em 1928, quando de uma grave crise financeira. E foi nesta condição que liderou o processo de transição de uma ditadura militar para uma ditadura civil, sendo ele próprio nomeado Presidente do Conselho de Ministros (o cargo de ditador e chefe de Governo, ficando a chefia do Estado para o Presidente da República) em 5 de julho de 1932. No ano seguinte a transição estava concluída com a aprovação da Constituição Corporativa do Estado Novo. Sobre as periodicidades do Estado Novo, ver: CRUZ, M. B.: *O partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988; ROSAS, F.: «Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política». In: ROSAS, F. e BRITO, J. M. B. (orgs.): *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, pp. 13-31; TORGAL, L. R.: «Estado Novo e fascismo». In: *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 289-367.

3. COSTA PINTO, A.: *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 24-36.

4. CAETANO, M.: *Minhas memórias de Salazar*. 4.ª edição, 1.ª reimpressão. Lisboa: Verbo, 2006.

apoiantes do regime e mesmo parte da oposição como um liberal ou, ao menos, como um moderno, principalmente se comparado ao ditador que viera a suceder.

A história do salazarismo e do Estado Novo português contemplou diversos estudos a respeito de suas oposições liberal, comunista e socialista. A despeito de sua importância, a direita oposicionista foi, de certa forma, relegada a segundo plano, vista como expressão marginal e sem grande densidade. Verdade é que alguns trabalhos têm, desde a década de 1990 do século passado, rompido com essa barreira⁵. Ainda assim são vastos os caminhos a serem trilhados por investigadores que se interessam no tema. Procurarei no presente artigo analisar proximidades e distanciamentos, semelhanças e diferenças das direitas radicais portuguesas naquelas duas conjunturas distintas (os anos 1920-30 e os anos 1960-70).

1. AS DIREITAS PORTUGUESAS NA CRISE E NO OCASO DA I REPÚBLICA

Segundo António Manuel Hespanha, no século XVIII, o individualismo propôs uma imagem de sociedade centrada no homem, sendo que seus objetivos nada mais eram que a «soma dos fins de seus membros e a utilidade geral confundia-se com a que resultava da soma das utilidades de cada indivíduo». Em oposição, o pensamento social medieval concebia o primado do «corpo», ao qual estaria integrado, de forma submissa, o indivíduo. Ressalta também o autor o papel que a religião desempenhou junto ao pensamento político medieval ancorado na ideia de cosmos, orientando todos os homens para um objetivo único, identificado com o criador⁶. E foi exatamente esta tradição católica e coletivista a mola mestra que mobilizou parte da intelectualidade portuguesa nas primeiras décadas do século XX. Na medida, portanto, em que o modelo político imposto em Portugal após a queda da Primeira República opunha-se ao individualismo liberal, o Portugal sebastinista, restaurador e miguelista transformava-se na referência básica para a (re)construção da «Nação Portuguesa»⁷.

Para esta corrente de pensamento, a Revolução Liberal de 1910 significou o abandono de todas as grandes tradições que haviam fundamentado a formação da nacionalidade lusitana. Tratava-se, assim, da traição a uma linhagem constituída desde a formação do Estado Nacional a começar pela referência incontestável de d. Nuno Álvares Pereira, passando por d. Sebastião, d. João IV e que, no século XIX, tinha como referência mais importante a figura de d. Miguel, o monarca absolutista derrotado por d. Pedro. Assim a oposição ao liberalismo significava um

5. COSTA PINTO, A.: *Os camisas azuis ...*, *ibidem*; DESVIGNES, I. S.: *António Sardinha (1887-1925): um intelectual do século*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006; MARCHI, R.: *Império, Nação, Revolução - as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo [1959-1974]*. Alfragide, 2009.

6. HESPANHA, A. M.: *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, capítulo III: «A constelação originária dos poderes», pp. 295-438.

7. MARTINHO, F. C. P.: «Um tempo histórico português sob enfoque brasileiro: bases para a compreensão dos antecedentes do Estado Novo». In: *Convergência Lusitana. Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces*, n.º 17. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, pp. 139-150.

compromisso com Portugal, com sua história, suas referências e suas tradições. O futuro deveria, necessariamente, estar comprometido com o passado.

Portugal havia sido grande e moderno quando atravessou os mares e, em nome da inabalável fé católica, descobriu e conquistou novas terras. Conquistas essas que somente foram possíveis por conta de seu pioneirismo na constituição do seu Estado Nacional, já em 1140⁸. Ao mesmo tempo, era o lugar do «pequeno mundo», do camponês da pequena aldeia e da pequena propriedade. Não por acaso António Oliveira Salazar, o dirigente principal do Estado Novo, já em 1916, quando apresentou provas para professor da Universidade de Coimbra, criticou o latifúndio alentejano do «dono ausente» ao mesmo tempo em que enaltecia a pequena propriedade «fecundada pelo capital e o trabalho»⁹. O futuro português deveria ser, assim, necessariamente agrário, nunca urbano ou industrial. Mas de um tipo específico de agrarismo. Desta forma, a tarefa dos portugueses era conservar, seja no «além-mar» seja no próprio território, o seu mundo pequeno, católico e camponês. A vocação portuguesa para a modernidade deveria ser então, construída a partir de valores predominantemente «endógenos». E, portanto, procurada em sua própria história.

O Antigo Regime, realizador desta «vocação», tornava-se o horizonte utópico do Estado Novo. Ser moderno era voltar no tempo. Parte expressiva do pensamento autoritário português, portanto, tinha um caráter conservador e nostálgico. Defendia o primado do coletivo e se opunha radicalmente ao individualismo liberal herdeiro do Iluminismo e da Revolução Francesa. Marcello Caetano, então jovem estudante de direito, proferiu em 1928 uma conferência na Sociedade São Vicente de Paulo, da qual era confrade. Na ocasião apontou a permanência das mazelas do século XIX como responsáveis pela desordem do mundo nas primeiras décadas do século XX¹⁰. O mesmo Caetano que quatro décadas depois, na condição de sucessor de Salazar, viria a se transformar na esperança de alteração do regime em uma eventual transição «pelo alto». O exemplo de Caetano é, portanto, importante para evidenciar que em diversos casos «tradicionais» e «modernos» se confundiam.

Como dissemos a ditadura corporativa sob a liderança de Salazar foi uma alternativa a uma República em permanente desgaste. As sucessivas crises do republicanismo punham em questão a sua capacidade de se impor como um projeto político de maior vulto e durabilidade. Neste quadro, diversos opositores se articularam a fim de enfrentar o sistema liberal representativo e apresentar à sociedade portuguesa uma nova alternativa. Na maioria dos casos, a oposição se

8. Não por acaso, as comemorações do duplo centenário, de 1140 (formação do Estado Nacional) e 1640 (restauração frente à Espanha) foram um marco nas cerimônias do Estado Novo português. Cf. BLOTA, C. G. S.: *A presença brasileira nas comemorações centenárias de Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2009.

9. SALAZAR, A. O.: *A questão cerealífera: o Trigo*. Trabalho apresentado a 19 de março de 1916 para admissão no concurso para assistente da Faculdade de Direito de Coimbra. s/ed, 1916, p. 80.

10. *Boletim Português da Sociedade S. Vicente de Paulo*. AMC, Caixa 1, Sociedade de S. Vicente de Paulo, n.º 2.

realizava sob um perfil marcadamente autoritário, embora não houvesse unidade quanto a alguns pontos importantes, como por exemplo, a natureza do novo regime a ser constituído. O primeiro coroamento de tal processo se deu através do golpe liderado por Sidónio Pais, em 1917. Segundo Ernesto Castro Leal, o que se convencionou chamar de *sidonismo* inaugurou um modelo de representação corporativa que viria a ser, depois, seguido pelos diversos opositores do sistema democrático¹¹. Para frustração e mesmo desespero de seus seguidores, Sidónio Pais morreria assassinado em novembro de 1918 na Estação dos Comboios do Rossio por um membro da Maçonaria. Sua breve passagem pela presidência da República, porém, permitiu a criação de referências que, em larga medida, serviram como balizadores da militância antiliberal na década seguinte.

Uma característica marcante deste movimento de oposição ao liberalismo foi, exatamente, a tentativa de manter viva a memória do ditador assassinado. O *sidonismo* serviu assim, como um núcleo de referência para a oposição. Os projetos de construção de partidos políticos antiliberais demonstravam, apesar de sua frágil representatividade, a articulação permanente dos grupos opositores do sistema parlamentar¹².

As escolas militares foram, assim, uma referência determinante para o crescimento de um outro tipo de pensamento autoritário em Portugal. De feição cesarista, fortemente marcada pelo positivismo, preconizava a intervenção do Exército como remédio para o saneamento da Nação. Ao mesmo tempo destacava-se na defesa de um projeto modernizador, ancorado na formação de escolas técnicas e no incentivo à industrialização. A presença militar nos partidos oposicionistas durante a I República é ilustrativa de sua importância. No dizer de José Medeiros Ferreira, o que unificava as forças armadas portuguesas nos anos finais da I República era a defesa de uma «República conduzida por militares»¹³. Não por acaso, após ver consolidado o golpe militar de 28 de maio, o general Costa Gomes afirmou profeticamente que o regime que tinha se iniciado por intermédio das Forças Armadas, apenas através das Forças Armadas poderia ser encerrado. Fica evidente na intervenção antiliberal dos militares um profundo distanciamento de qualquer tipo de projeto saudosista ou de reconstituição monárquica.

Mas os militares seduziram também civis. Quando do golpe de Sidónio Pais, o jornalista António Ferro, futuro dirigente da política de propaganda do Estado Novo, assim se referiu ao episódio:

Naquele dia acordei sobressaltado com o dilúvio de luz... Portugal desabrochava... A manhã rompia, metálica, estridente... Os canhões trovejavam... Dir-se-ia que havia um Deus na terra, a comandar uma tempestade... Assomei à janela... [...] Quem fazia a revolução, quem a dirigia? É um detalhe que

11. LEAL, E. C.: *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Cosmos, 1994, p. 97.

12. *Ibidem*, pp. 97-98.

13. FERREIRA, J. M.: *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos no Portugal do século XX*. Lisboa: Estampa, 1992.

não contava. A revolução era de todos, era a pátria, numa legítima defesa, defendendo-se de quem a assaltava... [...] Finalmente, na manhã do dia oito, Portugal respirou, sentiu-se liberto do Dragão, a escabujar no solo, com cabeças dispersas, umas atiradas para os vasos de guerra em exposição no Tejo, outras perdidas pelos cárceres. O sol ressuscitou de vez... [...] O nome de Sidónio Pais era um murmúrio a crescer... [...] A desaguar na Rotunda, altar-mor da Pátria, com o Santo Libertador de mãos em cruz na espada, a romaria da Pátria deteve-se, rojou-se, aclamou Sidónio Pais, sagrou-o Presidente...¹⁴.

Percebe-se nesta passagem a carga emotiva e mítica que dava à queda do liberalismo e à ascensão de Pais ao poder. Hegel, pouco mais de um século antes, havia assistido à razão passando a cavalo. Ferro, desta feita, se entusiasmou com a emotiva ideia de uma regeneração que igualmente vinha montada.

Mais importante ainda que as tentativas de organização de espaços políticos, era a própria evolução do pensamento conservador português durante a década de 1920. Neste campo, balizados pelo *sidonismo*, várias outras correntes autoritárias se apresentaram como alternativa política à crise portuguesa. Do fascismo ao nacionalismo conservador católico, tendeu a prevalecer, entre as correntes autoritárias em Portugal, a ideia de uma saída «tipicamente portuguesa». Desta forma, apesar da simpatia aos diversos modelos corporativos como o fascismo, surgidos na Europa em consequência da falência liberal, eles foram entendidos como importantes referências, mas não como exemplos a serem copiados. Esta era uma característica de todos os modelos de nacionalismo antiliberal que surgiram na Europa entre a década de 1920 e 1930. Movimentos que, apesar de semelhantes procuravam, a todo instante afirmar sua peculiaridade. Como disse Paxton a respeito do fascismo: «Cada movimento nacional fascista dá expressão plena ao seu próprio particularismo cultural»¹⁵. O mesmo pode-se dizer dos demais nacionalismos não fascistas.

A partir de 1922, Portugal assistiu a uma «descoberta» do fascismo italiano. Rolão Preto, o mais destacado líder fascista português era, entretanto, profundamente pessimista quanto à possibilidade de se organizar um movimento idêntico àquele liderado por Benito Mussolini. Mas, desde a «Marcha sobre Roma», em 1922, que a direita portuguesa teve seus olhos voltados com entusiasmo e otimismo para o fascismo italiano. Rolão Preto, enaltecendo o caráter legitimamente subversivo e fora da lei daquele movimento, encantava-se com seu perfil de ruptura frente à ordem burguesa. Um perfil necessariamente revolucionário¹⁶.

Mas não era apenas aos declaradamente fascistas que o movimento liderado por Mussolini encantava. O já citado António Ferro, em suas famosas viagens a entrevistar líderes autoritários durante os anos 20, também se sentiu fortemente atraído pela «obra» mussoliniana. Em 1923, ano II da «era Mussolini», Ferro entrevistou pela primeira vez o Duce. Além desta, houve outras duas entrevistas, respectivamente em 1926 e em 1934. Para Ferro, Mussolini apresentava projetos

14. FERRO, A.: «Sinfonia Heróica», *O Jornal*. Lisboa, ano I, n.º 125, 5-XII-1919, p. 1.

15. PAXTON, R.: *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 44.

16. COSTA PINTO, A.: *Os camisas azuis...*, *ibidem*, pp. 49-51.

definidos: «expressão original italiana, restituição das tradições perdidas, governo de ditadura, hierarquia, esvaziamento do parlamento, corporativismo, latinidade». Em todas as entrevistas, a intenção de Ferro era apontar para necessidade de um líder com as mesmas características que as de Mussolini: chefe severo, lacônico e autoritário, com perfil dominador e firme¹⁷. Entretanto, estava convicto de que faltavam características condizentes com a alma portuguesa. Benito Mussolini, apesar de incontestáveis qualidades, era por demais falante, de expressões exageradas. Além disso, o caráter de mobilização dos «de baixo» apregoado pelo fascismo causava estranheza. A alma portuguesa se encarnaria, enfim, em Salazar. Em longa entrevista com o ditador português, publicada como propaganda do regime, afirmou:

Aqui não há uma Ditadura, uma situação: há um ditador de si próprio, o grande chefe moral de uma nação! E agora que já o ouvimos, vamos cada qual para a nossa vida... Não façamos barulho... Deixemo-lo trabalhar¹⁸.

Três características eram consideradas determinantes, tanto para António Ferro como para Rolão Preto, no sentido da consolidação de uma liderança capaz de superar a crise portuguesa. A primeira delas era o fascínio pela autoridade do chefe de Estado, que, tanto se manifestava no resgate da figura de d. Miguel como em Mussolini. Restava aqui, a necessidade de se encontrar um «verdadeiro» líder nacionalista para Portugal. O declínio da República liberal possibilitou a lenta e progressiva ascensão de Oliveira Salazar ao poder, o dirigente *tipicamente português*¹⁹.

A segunda, era a busca da tradição e do passado legitimador. Neste caso, o elemento que dava coesão e justificava a ação política, era uma história particular, necessariamente antagonista ao Iluminismo e todos os valores «universalistas». Durante toda a construção da ideologia salazarista, buscar-se-á a o resgate da «verdadeira» história de Portugal.

A terceira, era a defesa da violência, desde que para fins «positivos». A subversão da ordem liberal seria, nesta concepção, a última das violências. A partir daí, o tempo dos conflitos e da luta de classes terminaria em favor do «interesse nacional», momento último, que terminaria com os conflitos e interesses particularistas. No caso português esta via se deu não através da criação de milícias e brigadas como nos exemplos fascistas, mas através do Estado. Primeiro por intermédio das Forças Armadas, responsáveis pelo derrube da «república anárquica». Depois pela via do aparelho repressivo na ação vigilante de sua polícia política²⁰.

17. LEAL, E. C.: *António Ferro...*, *ibidem*, p. 55.

18. FERRO, A.: *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2007, p. 112.

19. MARTINHO, F. C. P.: «O modernismo ibérico de António Ferro». In: *Syntesis. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, vol. II, n.º 2, 1998, pp. 11-17.

20. PIMENTEL, I.: «A polícia e a justiça nos primeiros anos do salazarismo». In: MARTINHO, F. C. P. e COSTA PINTO, A. [orgs.]: *O corporativismo em português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 305-343; RIBEIRO, M. C.: *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 1995.

E, por fim, no apoio que o regime buscou nas elites tradicionais do «Portugal profundo», sobretudo aquelas ligadas à Igreja católica e aos notáveis locais²¹.

Assim, a mais importante contribuição no sentido de uma institucionalização do novo regime veio do conservadorismo católico. Se a oposição da Igreja ao liberalismo era forte, dada a profunda laicização da República, a formação de um pensamento católico deve-se ao surgimento e propagação de um pensamento social organizado a partir da própria hierarquia eclesiástica. No final do século XIX a *Encíclica Rerum Novarum*, pertencente ao papado de Leão XIII, surgia como a primeira intervenção católica nas questões de ordem social e do trabalho. O conhecido documento propunha um modelo de organização que se apresentava como uma alternativa tanto à tradição liberal, quanto à tradição socialista. Ambas, propagadoras do conflito. Uma, a defender os interesses particulares da classe proprietária. Outra a defender os interesses do proletariado. As duas perigosa e rigorosamente «racionalistas». O caminho a ser adotado seria o do resgate dos valores medievais. Da organização por ofícios, em caráter familiar. De proteção e de autoridade ao mesmo tempo. O «ponto final» desta ordem seria o Estado, dotado de poderes para intervir em nome do «bem comum».

A encíclica *Rerum Novarum* teve portanto, por razões evidentes, uma forte repercussão em Portugal. Sua influência ultrapassou a data de sua publicação, permanecendo como forte referência para o pensamento católico ao longo das primeiras décadas do século XX. É forçoso lembrar que, até 1910, Portugal era ainda monarquia com fortes ligações com o Vaticano. Monarquia que, por exemplo, durante boa parte do século XIX, mantinha o sistema eleitoral ancorado na figura do *chefe de família*, e cuja documentação comprobatória para o direito do voto era a certidão de casamento²². Assim, razões não faltavam para que, durante as décadas de 1910 e 1920, a Igreja Católica em Portugal se batesse contra dois «inimigos», o liberalismo e a República, embora a última com menor ênfase, devido a presença de conservadores católicos favoráveis ao sistema republicano.

Aos valores «universalistas» do liberalismo, o pensamento católico português produziu, a seu modo, um «nacionalismo católico» reagente tanto ao internacionalismo imperialista quanto ao internacionalismo proletário. Porém, conforme aponta Manuel Braga da Cruz, os católicos portugueses não tiveram grande representatividade do ponto de vista organizativo, limitando-se ao «âmbito eminentemente doutrinal»²³. Em se tratando de um movimento de elites políticas que visavam alternativas, sobretudo a partir de cima, a mobilização social era, é bem possível, o lado menos importante da questão. Mais importante talvez tenha sido a consolidação de um corpo doutrinal que se definia como opositor do liberalismo.

21. COSTA PINTO, A.: «O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930». In: MARTINHO, F. C. P. e COSTA PINTO, A. (orgs.): *O corporativismo em português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 17-43.

22. CRUZ, M. B.: *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, pp. 183-203.

23. CRUZ, M. B.: «As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I)», *Análise Social. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XIV, 1978, pp. 265-278.

Em consequência de seu caráter elitista, uma das principais bases de sustentação do catolicismo português foi o meio acadêmico, em particular no ensino universitário. Sem dúvida, universidades como as de Coimbra e do Porto constituíram-se em centros divulgadores do pensamento católico, com revistas, jornais e também uma forte intervenção política.

Ponto de convergência entre vários segmentos de oposição à República, a Cruzada Nacional *D. Nuno Álvares Pereira*, fundada em 1918, exatamente o ano do término da Guerra e do assassinato de Sidónio Pais, merece menção particular. Organização cívico-religiosa, sua história se insere tanto na história política como na história das religiões. Nuno Álvares Pereira, beatificado em 1918, foi a grande referência mítica na construção da nacionalidade portuguesa. A escolha de seu nome como patrono da Cruzada não foi casual. A mesma, tornou-se por um lado, uma espécie de «liga patriótica de elites». Por outro, obteve desde o seu nascedouro a função simbólica de, difundindo o papel ético-militar de Nuno Álvares Pereira, ritualizar a relação de seus membros para com o Estado. Os diversos símbolos do catolicismo reverenciados pela Cruzada, assim como seu arcabouço doutrinal, serviram como fontes inspiradoras do Estado Novo português. Referências, assim, dotadas de matriz evidentemente religiosa e de um caráter profundamente nostálgico²⁴.

Além das Universidades e da Cruzada, vale destacar as intervenções católicas no movimento operário, através, das APOS (Associações Protectoras dos Operários) e dos CCOS (Círculos Católicos de Operários). Entretanto, estas duas entidades demonstram «tensões» importantes no movimento social católico. As primeiras nunca ultrapassaram o universo do mutualismo e do assistencialismo²⁵. Os Círculos Católicos, ao contrário, além de terem conseguido uma implantação nacional maior que as APOS, constituíam-se em um movimento de católicos operários e não para católicos operários. Evidencia-se aqui o embrião de um importante veio do sindicalismo português, que foi o sindicalismo católico²⁶. A fragilidade das organizações católicas, principalmente as voltadas ao mundo do trabalho, está diretamente ligada à ojeriza do regime a sistemas de mobilização social. A criação dos Sindicatos Nacionais pelo Estado Novo, em 1933, encerrou as pretensões dos católicos em organizarem seus próprios sindicatos²⁷. Aliás, não apenas seus próprios sindicatos como também seus partidos. Ciente de que a base de sustentação do Estado Novo não era exclusividade dos católicos, Salazar tratou imediatamente de fechar o partido do Centro Católico, do qual fazia parte

24. LEAL, E. C.: *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999, pp. 323-335.

25. CRUZ, M. B.: «As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (II)», *Análise Social. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XIV, n.º 55, 1978, pp. 525-531.

26. REZOLA, M. I.: *O sindicalismo católico no Estado Novo (1931-1948)*. Lisboa: Estampa, 1999.

27. MARTINHO, F. C. P.: *A Bem da Nação...*, *ibidem*; PATRIARCA, F.: *A questão social no Salazarismo, 1930-1947*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

e impor a União Nacional, o partido único do regime. Nas palavras de Salazar, tratava-se de um «não partido»²⁸.

O processo de transição de uma ditadura militar para uma ditadura civil e corporativa foi consequência de disputas internas que resultaram no afastamento de alguns setores envolvidos com o golpe de 28 de maio e na aproximação de novos personagens. Ao mesmo tempo o governo se via impelido a construir um aparato estatal que, ainda que influenciado pelas referências políticas e ideológicas citadas acima, apresentou também novos agentes que conferiram ao Estado Novo um perfil em parte diferente do imaginado pelos responsáveis pelo derrube da Primeira República. É fato que parte significativa das elites que protagonizaram a oposição à república liberal tiveram um papel secundário na formatação do regime instaurado em 1926. Em outras palavras: os setores mais radicais e proto-fascistas, largamente protagonistas do golpe militar, foram aos poucos sendo secundarizados na medida em que, sob a hegemonia salazarista, se institucionalizava o regime autoritário²⁹. Procurarei apresentar um breve balanço dos componentes ideológicos do Estado Novo em comparação com os debates (ainda acalorados na historiografia portuguesa) a respeito de sua similitude/diferença em relação ao fascismo.

Diversos estudos a respeito das experiências fascista e autoritária na Europa do pós-guerra salientam, com razão, o aspecto não mobilizador da ditadura de Salazar. De fato, como dissemos, o Estado Novo, mesmo na década de 1930, foi um regime profundamente conservador, confiando muito mais em instrumentos/instituições de enquadramento tradicionais, como a Igreja católica e as elites políticas locais e provincianas do que em organizações de massa. Não deixou, porém, de garantir seus interesses no campo de relações com a sociedade, criando um aparato cultural e de socialização em parte inspirado no fascismo.

Ainda que, nos campos político e institucional, o corporativismo português permanecesse incompleto, ele não deixou de ser eficiente no modelo cultural organizado pelo Estado Novo. Uma orientação eminentemente orgânica dominou a visão que o regime procurou projetar ao seu respeito e a respeito do próprio país. No campo da propaganda foi posta em prática uma estranha unidade entre a direita radical integralista e o catolicismo tradicional e conservador.

O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) foi criado em 1933 e dirigido pelo jornalista António Ferro. Ferro, do ponto de vista dos valores ético-culturais, nada tinha a ver com Salazar. Tratava-se de um personagem cosmopolita ligado a correntes futuristas e modernistas e admirador do fascismo desde a década de 1920³⁰. A máquina criada por Ferro ultrapassou enormemente as necessidades de gestão da imagem de Salazar. Apesar de pouco ou nada ter a ver com o perfil

28. COSTA PINTO, A.: «O Estado Novo português e a vaga autoritária...», *ibidem*, pp. 34-36; CRUZ, M. B.: *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998, pp. 17-49.

29. COSTA PINTO, A.: *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1992, p. 88.

30. PAULO, H. J.: «Ferro, António Joaquim Tavares». In: ROSAS, F. e BRITTO, J. M. B. (orgs.): *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 355-357.

provinciano do ditador, António Ferro ofereceu ao regime um projeto cultural que unificou recursos estéticos modernos e uma verdadeira «reinvenção da tradição». Recursos modernos no método e tradicionalismo no conteúdo. O Secretariado de Propaganda Nacional em muito se assemelhava aos organismos de propaganda dos regimes fascistas. Mas a propaganda política do regime valorizava sobretudo a tradição portuguesa. Daí conhecidas campanhas como, por exemplo, a da aldeia mais portuguesa de Portugal e a Exposição do Mundo Português³¹.

O SPN coordenou e alimentou a imprensa do regime, dirigiu os serviços de censura, organizou as encenações de massas que eram transportadas para a capital e alimentou as festividades viradas para as classes populares em estreita associação com o aparelho corporativo. Além disso, coordenou uma série de outras atividades destinadas às elites e ampliou significativamente as relações culturais com outros países. Para a execução de tamanha tarefa, Ferro recrutou intelectuais e artistas, que, sem esta mediação moderna jamais seriam atraídos pelo conservador e sisudo chefe de Governo. Muitos destes intelectuais haviam participado de grupos fascistas que se opuseram a Salazar no início da década de 1930. Esta foi, pois, uma estratégia de Salazar: a cooptação de antigos militantes do fascismo português. Como antes afirmei, o mais importante e destacado deles foi, seguramente, Marcello Caetano, último chefe do Executivo português antes da Revolução dos Cravos e ativista do Integralismo Lusitano quando de sua juventude.

No entanto, longe da modernização típica do fascismo clássico, projeto cultural do salazarismo procurou uma «restauração sistemática dos valores da tradição». Consequentemente maior atenção foi dada a temas de caráter etnográfico e folclórico que passou por uma verdadeira revitalização. Tratava-se daquilo que Eric Hobsbawm e Terence Ranger chamaram de *Invenção das Tradições*³². Além do já citado concurso *A aldeia mais portuguesa de Portugal* e a própria Exposição do Mundo Português procuraram reproduzir formas tradicionais e hábitos da população não só na metrópole como também em todo o «Império». Outro aspecto importante foi a promoção do cinema que, com clara vocação popular, valorizava os «sadios valores da honestidade cristã e da família pobre, mas honrada».

Três anos após a institucionalização do Estado Novo duas organizações foram criadas sob inspiração do fascismo. A primeira foi uma organização oficial de juventude, de caráter paramilitar: a Mocidade Portuguesa (MP). Já em 1933, com o intuito de combater o Nacional-Sindicalismo (NS), o SPN havia criado a Acção Escolar de Vanguarda (AEV), primeira organização «proto-fascista» de juventude constituída de iniciativa governamental. A AEV tinha, entretanto, um caráter de adesão voluntário³³. Na medida em que o Nacional-Sindicalismo se dissolveu o governo abandonou esta primeira iniciativa e criou a MP. Esta, ao contrário da

31. Ó, J. R.: *Os anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito»: 1933-1939*. Lisboa: Estampa, 1999, pp. 65-111.

32. HOBBSAWM, E. J. e RANGER, T. [orgs.]: *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

33. COSTA PINTO, A. e RIBEIRO, N. A.: *A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936)*. Lisboa: História Crítica, 1980.

primeira organização, tinha um caráter obrigatório e esteve permanentemente na dependência do Ministério da Educação. Voltada para o universo urbano a fim de combater «os vícios dissolventes» que corrompiam a juventude estudantil, a MP nunca chegou a ter a dinâmica de seus congêneres fascistas e foi, desde logo enquadrada pela Igreja, que manifestou alguma preocupação por esta iniciativa oficial³⁴.

A segunda teve outros objetivos e a autorização para a sua criação representou uma coreografia tipicamente fascista em plena circunstância da guerra civil de Espanha. A Legião Portuguesa (LP) foi criada em 1936 como uma organização anticomunista, com funções paramilitares e de informação policial, tendo mesmo enviado voluntários para lutarem ao lado das tropas de Franco. Nela se agrupou, sob absoluto controle estatal, parte da minoria fascista sobrevivente do NS, devidamente enquadrada por oficiais do Exército. Qualquer tentativa de ver nesta organização alguma opção do Estado Novo pelo modelo fascista é fora de propósito e carece de fundamentação empírica. Entretanto sua criação refletiu a capacidade que tinha o regime de, em virtude do «perigo vermelho» que se anunciava no país ao lado, recrutar antigos expoentes do radicalismo de direita³⁵. Mas a LP tinha um caráter provisório e tendeu a esvaziar-se a seguir à vitória de Franco. Nunca teve autonomia plena e dependeu sempre do regime conservador. Como disse certa vez Salazar, seu objetivo era «fazer viver Portugal habitualmente»³⁶. Esta frase demonstra com clareza a intenção tradicionalista do ditador, apesar da vocação moderna de alguns de seus imediatos.

2. A DIREITA RADICAL PORTUGUESA FRENTE AO MARCELISMO

Quando Marcello Caetano assumiu o cargo de presidente do Conselho de Ministros, o país vivia já sete anos de guerra colonial. Durante os anos de 1961 a 1968 diversos países, mas sobretudo os Estados Unidos envidaram esforços no sentido de buscar uma alternativa negociada para a crise ultramarina. A despeito das inúmeras embaixadas, Salazar foi sempre firme na negativa de qualquer alternativa que não fosse a vitória militar dos portugueses. De acordo com seu argumento, que manteve até ser afastado por invalidez da presidência do Conselho, os territórios ultramarinos eram inquestionavelmente portugueses e, assim, qualquer ingerência significaria intervenção direta em Portugal³⁷. Na mesma conjuntura de

34. KUIN, S.: «A Mocidade Portuguesa no anos 1930: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude», *Análise Social. Revista do Gabinete de Investigação da Universidade de Lisboa*, XXVIII, n.º 122, 1993, pp. 155-188.

35. RODRIGUES, L. N.: *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Estampa, 1996.

36. Citado por MEDINA, J.: *Salazar em França*. Lisboa: Ática, 1977, p. 50.

37. MARTINHO, F. C. P.: «Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945)». In: LIMONCIC, F. e MARTINHO, F. C. P.: *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 293-302.

guerra colonial, e em parte açodado por ela, o movimento estudantil crescia e se radicalizava. Para além das questões académicas, próprias dos estudantes universitários, a temática da autodeterminação dos povos e da autonomia colonial ganhava cores nítidas, transformando-se em uma das bandeiras mais caras dos estudantes de esquerda portugueses. Duas grandes grandes questões, pois, mobilizavam tanto a direita quanto a esquerda universitária: o movimento estudantil e o colonialismo. Para ambos os casos, Marcello Caetano, sucessor de Salazar, não era bem visto pelo campo de extrema direita. Não por acaso, e provocativamente, o jornal de direita *Agora* publicou, em outubro de 1968, um mês depois de consumada a sucessão, em sua primeira página uma foto com Oliveira Salazar e Marcello Caetano e o título «Continuidade». No corpo do texto a reprodução de um discurso de Caetano em Congresso da União Nacional onde este afirmava não haver problema em eventual substituição de Salazar do cargo de presidente do Conselho:

Não constitui problema a continuidade do Estado Novo para além de Salazar, justamente porque existe a sua doutrina e a sua obra, doutrina e obra que lançam as bases sólidas de um sistema e que educaram já toda uma geração³⁸.

Mais que confiança na citação, a direita portuguesa tinha, sim, sérias dúvidas quanto a uma real continuidade com Caetano. É bom lembrar que exatamente por causa da crise académica de 1962, o então reitor da Universidade de Lisboa, Marcello Caetano havia se demitido do cargo em protesto contra a intervenção policial³⁹. Quanto ao problema colonial então, a situação para a direita radical era pior ainda. Desde a década de 1930 que Marcello Caetano defendia abertamente uma autonomia processual das colônias portuguesas⁴⁰. Assumindo o governo, Caetano representava, pois, uma evidente ameaça a um sistema que, nem ou mal, se mantivera com Salazar. É verdade que a primeira extrema direita aqui analisada rompeu com o regime do Estado Novo. Mas frente à necessidade de defender, três décadas depois, as colônias ultramarinas, a direita cerrou fileiras em torno daquele presidente do Conselho que pronunciou o «para Angola, rapidamente e em força» e o «orgulhosamente sós». É também verdade que se trata de uma outra geração, mais jovem e que, portanto, não viveu os embates doutrinários dos anos 1930. De qualquer forma, é digno de nota lembrar que parte de uma direita veterana, contemporânea dos primeiros anos de Estado Novo, frente às circunstâncias, aproximou-se do velho ditador. A circunstâncias obrigaram-na a encontrar no antigo adversário o aliado possível.

Foi, pois, durante os cinco anos e sete meses de governo de Marcello Caetano que a extrema direita portuguesa se pronunciou de forma mais ativa

38. Citado por MARCHI, R.: *Império, Nação, Revolução...*, *ibidem*, p. 201.

39. AMARAL, D. F.: *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand, 1996, p. 35; SOARES, M. G.: *Marcello Caetano: o homem que perdeu a fé*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 249-251.

40. MARTINHO, F. C. P.: *ibidem...*, 2008, pp. 253-256.

após seu ocaso na década de 1930. É bem verdade que quando Marcello Caetano pronunciou o famoso discurso de Coimbra no qual descartava a alternativa monárquica, houve protestos. Mas é verdade também que nem toda a extrema direita era monarquista, de modo que a questão permaneceu mais isolada que de costume⁴¹.

A década de 1960, com a guerra colonial e a transferência do poder das mãos de Oliveira Salazar para Marcello Caetano trouxeram a extrema-direita novamente à proa da política portuguesa. A primeira, e talvez mais importante expressão oposicionista à direita ao novo governo foi a revista *Política*. Seu projeto estava consubstanciado não apenas na oposição a Marcello Caetano mas também aos segmentos liberais do regime, sobretudo aqueles inclinados em rever o «patrimônio nacional português», ou seja, a política ultramarina. Trata-se, em sua maioria, de um grupo de jovens recém-formados e com a preocupação de enfrentar, no campo do debate intelectual, a progressiva hegemonia das esquerdas. Ainda que formalmente oposicionista, a revista *Política* contava com o financiamento de organismos públicos e privados que davam sustentação ao regime e mesmo agências pertencentes ao organograma institucional do regime. Este é o caso, por exemplo, das 134 assinaturas do jornal feitas pela PIDE/DGS, a polícia política do regime⁴². Assim, a despeito do caráter oposicionista, a revista *Política* publicou seu primeiro número em novembro de 1969, com apoio governamental⁴³.

Uma das características interessantes de *Política* é que ela não era um periódico de uma única corrente, mas congregava nacionalistas revolucionários, monárquicos, republicanos, católicos e mesmo alguns poucos salazaristas. Tratava-se, pois, de uma frente a unificar setores que se viam isolados diante dos ventos aparentemente de «renovação» da «Primavera Marcelista»⁴⁴. Poder-se-ia dizer que a geração de direita dos anos sessenta era menos consistente que a que lhe precedeu. Digo isso pois enquanto a primeira primavera por questões conceituais referentes à natureza do Estado, a segunda optava por uma ação defensiva, do Ultramar, em decorrência das pressões internas e externas. Assim, para além de toda e qualquer intransigência frente ao liberalismo e à democracia, a guerra colonial deve ser vista como um verdadeiro divisor de águas e elemento de mobilização desta nova direita. O ponto determinante das publicações e pronunciamentos dos «revolucionários da contrarrevolução», como diria Eric Hobsbawm⁴⁵, foi a defesa dos territórios ultramarinos. Territórios que, assim como entendia Salazar, entendia a direita radical como sendo parte integrante do próprio território português.

41. CRUZ, M. B.: *Monárquicos e Republicanos...*, *ibidem*, p. 201.

42. MARCHI, R.: *Império, Nação, Revolução...*, *ibidem*, pp. 295-297.

43. PINTO, J. N.: *Portugal, os anos do fim: a Revolução que veio de dentro*. Lisboa: Economia e Finanças, 1976, pp. 26-27.

44. ROSAS, F. e OLIVEIRA, P. A. (Orgs.): *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

45. HOBBSAWM, E. J.: *A Era dos Extremos: O breve século xx (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, capítulo 4: «A queda do liberalismo», pp. 113-143.

Não lutamos especialmente para defender as populações de um determinado território, em determinado tempo, nem para lhe dar mais e melhores alimentos, remédios, instalações, possibilidades e riquezas económicas e espirituais; se outrem lhe pudesse dar mais, nós não cederíamos. Não lutamos especialmente porque os terroristas torturam, matam e pilham; se eles fossem bonzinhos, nós não cederíamos. Não lutamos especialmente porque as populações nativas estão impreparadas para o governo autónomo, para quadros de administração e de cultura; se estivessem preparadas nós não cederíamos. [...]. Mas aquilo porque lutamos especialmente é porque o Ultramar é o nosso destino, fatal, a nossa vocação inata, o mandado de Deus exprimindo-se no nosso querer⁴⁶.

Assim, não se trata de uma eventual «mudança na continuidade», como pretendiam alguns quadros do regime, mas uma permanência inquestionável e absoluta. Este posicionamento claro e decisivo ficou evidente nas eleições de 1969 e na opinião expressa por *Política* com relação à Ala Liberal. Formada por um grupo de políticos que imaginavam, por dentro do regime, implantar um processo de reformas de caráter democrático, atuou de forma independente defendendo bandeiras como a liberdade de imprensa, os Direitos Humanos e uma saída negociada para o ultramar. Dentre seus mais destacados membros podemos citar Francisco Pinto Balsemão e Francisco Sá Carneiro⁴⁷. Para descontentamento da direita radical, ao mesmo tempo que Marcello Caetano incluía nas listas para as eleições de 1969 estas destacadas referências liberais, excluía os nacionalistas «autênticos». Para os signatários de *Política*, o período eleitoral caracterizou-se pela falta de um monolitismo doutrinário no partido oficial, cujo discurso muitas vezes aproximava-se mais da oposição democrática que propriamente do Estado Novo⁴⁸. E foi exatamente esta ausência de «espírito nacionalista» nas fileiras da União Nacional que provocou, nas palavras de um dos diretores de *Política*, uma forte abstenção entre muitos nacionalistas⁴⁹. Enquanto os membros de *Política* atacavam Marcello Caetano com alguma brandura, talvez devido a alguma esperança na fórmula «evolução na continuidade», os membros da Ala Liberal eram combatidos sem tréguas. Para eles, a tecnocracia aparentemente imparcial, despolitizada e meramente administrativa era inconcebível. O Estado, para eles, era necessariamente carregado de um sentido ético, moral e valorativo⁵⁰. Assim, era-lhes mais confortável quanto mais a Ala Liberal tornasse clara e evidente sua posição de abandono do Ultramar e de democratização do Estado Novo. Para eles uma ruptura definitiva dos liberais acarretaria um reforço da unidade nacionalista⁵¹. No que tange ao Ultramar ficava evidente a oposição da direita radical. Quanto à questão democrática, vale uma breve observação. Para eles, interessa-

46. «Ultramar, a atitude necessária», *Política*, n.º 19, 30 de setembro de 1970, p. 3.

47. FERNANDES, T.: *Nem ditadura nem revolução: a Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Dom Quixote/Assembleia da República, 2006.

48. «Política», *Política*, n.º 1, 22 de novembro de 1969, pp. 1-2.

49. «Significado das eleições», *Política*, n.º 1, 22 de novembro de 1969, p. 3.

50. «Editorial», *Política*, n.º 3, 22 de janeiro de 1970, p. 1.

51. «Política Nacional», *Política*, n.º 3, 22 de janeiro de 1970, p. 3.

dos na divulgação de seus projetos e valores, a liberdade de imprensa, bandeira da Ala Liberal, era vista como um direito fundamental, ainda que sujeito ao interesse da Nação⁵². A questão que se punha, pois, era que eles, os nacionalistas, consideravam-se defensores dos verdadeiros interesses da Nação, enquanto que os liberais eram porta-vozes de valores exógenos. Portanto, a liberdade de imprensa era determinante e sagrada para eles, enquanto que perniciosa quando nas mãos dos liberais.

É verdade que muito rapidamente o governo Marcello Caetano revelou-se descomprometido com qualquer mudança de fundo. Principalmente no que dizia respeito à redemocratização e ao Ultramar. No entanto, é verdade também que uma certa oposição civil de feição liberal articulava-se com relativa margem de autonomia. E assim, para desespero dos nacionalistas radicais, em 1972 era criada uma entidade civil chamada SEDES (Sociedade para o Desenvolvimento Económico e Social). Esta organização, sem fins lucrativos e da qual participava também o filho de Marcello Caetano, o economista Miguel Caetano, vinha do reformismo católico e, para surpresa do governo, cresceu em proporções inesperadas. Após cerca de um ano e meio de atividades a SEDES publicou um documento intitulado «Diagnostico – Projecto da Sociedade Portuguesa». No mesmo dia em que Américo Tomás era ao cargo presidente da República, por ele ocupado desde desde 1958, a SEDES organizou um colóquio cujo tema era «Portugal e a Europa». Por fim, em agosto, esta entidade lançou um manifesto que se chamava «Portugal: o País que Somos, o País que Queremos Ser». Tratava-se de uma sociedade civil com capacidade ampla de mobilização, incluindo setores do governo, do empresariado, das elites civis e mesmo de parte da juventude estudantil não influenciada por ideias mais à esquerda. Dela participou também Sá Carneiro, a esta altura já rompido com Marcello Caetano. Para a direita radical o programa expresso pela SEDES evidenciava seu descompromisso para com o «patrimônio nacional». Repudiavam o abandono das tradições autoritárias do Estado português em favor de um projeto «liberal-socialista e tecno-plutocrata, democrático e no materialismo da sociedade de consumo e bem estar»⁵³. Aqui, no combate aos liberais em pleno processo de crise do regime, os membros de *Política* tornam-se radicais em sua oposição a todo o projeto da Ala Liberal. Tornam-se, inclusive, mais claros com relação à questão democrática:

Não aceitamos as democratizações em nada. Não aceitamos o mito do progresso contínuo. Não aceitamos liberalizações. Fugamos às tentações e aos caminhos escorregadios abertos pelo deslumbramento do «pluralismo». Não façamos desvairadas corridas a autonomias. Procederemos com firmeza e consciência, cultivando as minorias valiosas e sabendo ver onde elas estão. Sem medo ao extremismo, porque existe um extremismo indispensável: o do bem, da justiça que não tem acomodações nem meias tintas nem hibridismo⁵⁴.

52. «Liberdade de imprensa – quem a tem chama-lhe sua», *Política*, n.º 7, 30 de março de 1970, pp. 1 e 11.

53. «O país que a SEDES quer», *Política*, n.º 5-6, 31 de agosto de 1972, pp. 10-11.

54. «Dominar as ondas», *Política*, n.º 2, 30 de junho de 1972.

A firmeza de valores conservadores ficava clara. *Política* não admitia qualquer concessão. Em certa medida retomava o discurso salazarista e afastava-se do ethos modernista dos fascismos, na medida que rejeitavam o «progresso contínuo». E, fato é, que na mesma proporção em que Marcello Caetano era visto sob o prisma oposicionista, Oliveira Salazar era crescentemente alçado à condição de referência, mais como estadista que propriamente como homem de ideias⁵⁵. O estadista está na recusa a qualquer forma de sedução pelas ideologias «exógenas», pela coragem no «orgulhosamente sós» e, claro, em fazer a guerra colonial. O Salazar da direita radical era, então «o Salazar de Abril de 61, o Salazar da Resistência, o Salazar imperturbável perante a imensidade dos obstáculos e dos trabalhos. E esse orgulho em ser Português, em pertencer aos únicos que desafiaram e venceram a ofensiva dos «Ventos da História»⁵⁶. Salazar era, portanto, resgatado como uma grande referência antimarcelista, sobretudo daqueles que o louvaram em vida mas trataram de o esquecer na morte⁵⁷. Coerentes com este primado, parte da extrema direita portuguesa entendia que a manutenção do sistema colonial entendida como preservação da integridade territorial portuguesa passava pela transferência da capital de Lisboa para Luanda, o que evidenciaria o caráter de uma «nação verdadeiramente plurirracial e pluricontinental»⁵⁸.

CONCLUSÃO

A extrema direita portuguesa viveu fazes distintas ao longo de toda a sua trajetória. Estamos a falar primeiro de um período em que se vivia o prenúncio da Segunda Guerra Mundial e no qual não se sabia das reais possibilidades de vitória do fascismo como projeto político de longo alcance. Na segunda conjuntura, o fascismo era um projeto derrotado já a duas décadas, razão de seu caráter mais resistente que propriamente propositivo. É certo que a guerra fria justificava a existência de um campo à direita, o que de certa forma favoreceu a permanência do regime autoritário português. Mas é verdade que contra o comunismo também se encontravam as correntes liberais e social-democratas.

Assim, enquanto a ultra direita dos anos 1920 e 1930 tinha um projeto definido positivamente, uma utopia calcada na perspectiva de um «homem novo» fascista, o mesmo não se pode dizer da geração dos anos 1960 e 1970. É neste sentido que se compreende a oposição a Salazar na primeira geração e o apoio na geração seguinte. O «primeiro Salazar» era o ditador ultramontano, conservador e tradicionalista que impediu a radicalização revolucionária que estava por vir. Daí a constituição do Nacional-Sindicalismo e a permanência de um grupo organizado, ainda que minoritário, de combate ao ditador. As questões pela quais se batia esta ultra direita podiam ser resumidas na ideia de Revolução Nacional,

55. MARCHI, R.: *Estado, Nação, Revolução...*, p. 307.

56. «Que nunca tenhamos de chorar», *Política*, n.º 14-15, 30 de julho de 1970, p. 2.

57. MARCHI, R.: *Estado, Nação, Revolução...*, p. 309.

58. *Ibidem*, p. 281.

garantida no léxico, mas rejeitada na prática por Salazar e pelo regime do Estado Novo.

A segunda geração não encontrava terreno fértil para este encantamento revolucionário. Ao contrário. O fascismo havia sido tão fragorosamente derrotado que o tempo das «revoluções nacionais» havia se perdido. E no horizonte não se avistava seu retorno. Assim, o perigo para esta geração mais jovem de ultradireitistas era o abandono das ideias de corporativismo, de Nação e de ordem, tão caras ao regime. Marcello Caetano assemelhava-se a um moderno reformista, daí a permissividade com segmentos liberais. A bandeira, portanto, não era mais a utopia do futuro. Tratava-se, sim, da preservação do passado. Neste sentido, os discursos que apontavam para a gradual autonomia suavam heréticos. Construía-se, portanto, um outro discurso, uma outra memória a respeito de Salazar. Tornava-se, pois, a ultra-direita portuguesa, mais conservadora e tradicionalista, que propriamente fascista ou revolucionária⁵⁹. Frente ao mal que se avizinhava, o caminho a ser percorrido seria aquele através do qual as colônias se manteriam intactas como intacta deveria se manter a ditadura. E esta última bandeira, a da valorização da ditadura, era talvez o grande ponto de intercessão entre uma e outra geração. Ambas, por fim, derrotadas em definitivo com a transição democrática de 1974.

FONTES PRIMÁRIAS

Boletim Português da Sociedade S. Vicente de Paulo. AMC, Caixa 1, Sociedade de S. Vicente de Paulo, n.º 2.

CAETANO, M.: *Minhas memórias de Salazar*. 4.ª edição, 1.ª reimpressão. Lisboa: Verbo, 2006.

«Dominar as ondas», *Política*, n.º 2, 30 de junho de 1972.

«Editorial», *Política*, n.º 3, 22 de janeiro de 1970, p. 1.

FERRO, A.: *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2007.

«Sinfonia Heróica», *O Jornal*. Lisboa, ano I, n.º 125, 5-XII-1919, p. 1.

«Liberdade de imprensa – quem a tem chama-lhe sua», *Política*, n.º 7, 30 de março de 1970, pp. 1 e 11.

«O país que a SEDES quer», *Política*, n.º 5-6, 31 de agosto de 1972, pp. 10-11.

«Política», *Política*, n.º 1, 22 de novembro de 1969, p. 1-2.

«Política Nacional», *Política*, n.º 3, 22 de janeiro de 1970, p. 3.

«Que nunca tenhamos de chorar», *Política*, n.º 14-15, 30 de julho de 1970, p. 2.

SALAZAR, A. O.: *A questão cerealífera: o Trigo*. Trabalho apresentado a 19 de março de 1916 para admissão no concurso para assistente da Faculdade de Direito de Coimbra. s/ ed. 1916.

«Significado das eleições», *Política*, n.º 1, 22 de novembro de 1969, p. 3.

«Ultramaria, a atitude necessária», *Política*, n.º 19, 30 de setembro de 1970, p. 3.

59. Sobre as diferenças políticas e ideológicas no campo da direita, ver: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos: «Os fascismos». In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste: *O Século XX. Volume 2: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 109-164; «Introdução». In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins: *Dicionário crítico do pensamento da direita: Ideias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2000, pp. 11-21.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, D. F.: *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand, 1996.
- BLOTA, C. G. S.: *A presença brasileira nas comemorações centenárias de Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- BONIFÁCIO, M. F.: *Apologia da História Política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.
- COSTA PINTO, A.: *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1992.
- *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Estampa, 1994.
- «O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930». In: MARTINHO, F. C. P. e COSTA PINTO, A. (orgs.): *O corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 17-43.
- COSTA PINTO, A. e RIBEIRO, N. A.: *A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936)*. Lisboa: História Crítica, 1980.
- CRUZ, M. B.: «As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (II)», *Análise Social. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XIV, n.º 55, 1978, pp. 525-531.
- «As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I)», *Análise Social. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XIV, 1978, pp. 265-278.
- *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- *O partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.
- DESIGNES, I. S.: *António Sardinha (1887-1925): um intelectual do século*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- FERNANDES, T.: *Nem ditadura nem revolução: a Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Dom Quixote/Assembleia da República, 2006.
- FERREIRA, J. M.: *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos no Portugal do século XX*. Lisboa: Estampa, 1992.
- HESPANHA, A. M.: *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- HOBBSAWM, E. J.: *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. J. e RANGER, T. (orgs.): *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- KUIN, S.: «A Mocidade Portuguesa no anos 1930: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude», *Análise Social. Revista do Gabinete de Investigações da Universidade de Lisboa*, XXVIII, n.º 122, 1993, pp. 155-188.
- LEAL, E. C.: *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- MARCHI, R.: *Império, Nação, Revolução – as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo [1959-1974]*. Lisboa: Alfragide, 2009.

- MARTINHO, F. C. P.: «O modernismo ibérico de António Ferro», *[Syn]tesis. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, vol. II, n.º 2, 1998, pp. 11-17.
- *A Bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- «Um tempo histórico português sob enfoque brasileiro: bases para a compreensão dos antecedentes do Estado Novo», *Convergência Lusíada. Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces*, n.º 17. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, pp. 139-150.
- «Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945)». In: LIMONCIC, F. e MARTINHO, F. C. P.: *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930 - Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 293-302.
- MEDINA, J.: *Salazar em França*. Lisboa: Ática, 1977.
- Ó, J. R.: *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política do Espírito»: 1933-1939*. Lisboa: Estampa, 1999, pp. 65-111.
- PATRIARCA, F.: *A questão social no Salazarismo, 1930-1947*. [2 vols.]. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.
- PAULO, H. J.: «FERRO, António Joaquim Tavares». In: ROSAS, F. e BRITTO, J. M. B. (orgs.): *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 355-357.
- PAXTON, R.: *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PIMENTEL, I.: «A polícia e a justiça nos primeiros anos do salazarismo». In: MARTINHO, F. C. P. e COSTA PINTO, A. (orgs.): *O corporativismo em português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 305-343.
- PINTO, J. N.: *Portugal, os anos do fim: a Revolução que veio de dentro*. Lisboa: Economia e Finanças, 1976.
- REZOLA, M. I.: *O sindicalismo católico no Estado Novo (1931-1948)*. Lisboa: Estampa, 1999.
- RIBEIRO, M. C.: *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 1995.
- RODRIGUES, L. N.: *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Estampa, 1996.
- ROSAS, F.: «Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política». In: ROSAS, F. e BRITO, J. M. B. (orgs.): *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, pp. 13-31.
- ROSAS, F. e OLIVEIRA, P. A. (orgs.): *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- SOARES, M. G.: *Marcello Caetano: o homem que perdeu a fé*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos: *Os fascismos*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste: *O Século XX. Volume 2: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 109-164.
- «Introdução». In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins: *Dicionário crítico do pensamento da direita: Ideias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2000, pp. 11-21.
- TORGAL, L. R.: «Estado Novo e fascismo». In: *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 289-367.